

ASPECTOS DA REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

AÇÃO MONITÓRIA DA REFORMA PROCESSUAL*

SIDNEI AGOSTINHO BENETI

1. Ação monitoria — Entre os anteprojetos de reforma do Código de Processo Civil, elaborados por Comissão designada pelo Ministério da Justiça, como encargo da Escola Nacional da Magistratura, sob a presidência de seu Diretor-Presidente, o Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, está o de instituição da ação monitoria. A proposta ajusta-se bem aos objetivos da reforma, que são a modernização e a dinamização dos procedimentos oferecidos pelo sistema processual aos usuários da Justiça.¹

O Anteprojeto propõe acréscimo, em artigo 1.102-a, ao Código de Processo Civil, com a seguinte redação: “A ação monitoria compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou

de determinado bem móvel”. É uma modalidade restrita de ação monitoria documental, modalidade que se examinará no seguimento desta exposição.

Aprofunda, o anteprojeto, antiga sugestão dos autores do Anteprojeto de 1985, de Reforma do Código de Processo Civil² e, ainda, de grupo de estudos composto de Magistrados e processualistas de Minas Gerais, sintetizada por Humberto Theodoro Jr., que propunha a criação do processo monitorio para as pretensões fundadas em duplicatas não aceitas.³

2. O processo monitorio e a execução forçada — O processo civil moderno oferece três espécies de processos a determinar o tipo de ação correspondente: o de conhecimento, o de execução e o cautelar. Posto à parte o processo cautelar,

* Aula proferida na Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, no dia 6.8.83. Texto recomposto pelo autor. As idéias centrais foram, também, expostas em palestra no dia 6.12.91, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

1. Cf. Sálvio de Figueiredo Teixeira, “A Efetividade do Processo e a Reforma Processual”, *Revista Ajuris*, 59/258; “O Aprimoramento do Processo Civil como Pressuposto de uma Justiça Melhor” e, em colaboração com Athos Gusmão Carneiro, “A Reforma do Processo Civil: Simplificação e Agilização”, ambos os estudos em *ADV-Advocacia Dinâmica*, fev./93, pp. 3 e 11. A instituição da ação monitoria foi apoiada, em conclusão unânime

em Simpósio da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, realizado em 6.12.91, sendo relator o Juiz Jones de Figueiredo Alves, admitindo-se maior amplitude, na ação monitoria documental, do que a constante do Anteprojeto, exposta no texto deste trabalho.

2. O Anteprojeto de 1985 propunha o acréscimo do Capítulo XV, art. 1.102-a, b e c e seus parágrafos. A Comissão redatora desse Anteprojeto foi constituída pelos professores Luiz Antonio de Andrade, José Joaquim Calmon de Passos, Kazuo Watanabe, Joaquim Correia de Carvalho Júnior e Sérgio Bermudes.

3. Humberto Theodoro Jr.: “O Procedimento Monitorio como Possível Solução para o Problema da Execução da Duplicata Sem Aceite”, *Revista Brasileira de Direito Processual*,

que se norteia pela urgência e, conseqüentemente, pela provisoriedade, as pretensões satisfativas se concentram nos processos de conhecimento e de execução, de interesse, agora, para a exata compreensão do processo monitorio.

Nas ações condenatórias, o processo de conhecimento visa à formação de título, que, por sua vez, fornece base de liquidez e certeza ao processo de execução, ou seja, à incidência da sanção pelo descumprimento da norma no caso concreto, autorizando o início da agressão ao ativo patrimonial do devedor, para a satisfação da condenação.

É longo e fatalmente custoso o procedimento do processo de conhecimento, para a formação do título, não se distinguindo as maiores ou menores dimensões de conhecimento de cada caso, para a segurança do título, conquanto possível a atuação de formas de encurtamento procedimental, como o já institucionalizado julgamento antecipado da lide⁴ e a, por vir, antecipação de tutela.⁵

O processo monitorio vem a colocar-se entre o processo de conhecimento e o processo de execução, em feliz encurtamento do processo de conhecimento, de modo a prescindir do cumprimento da fase instrutória e formalização da fase decisória e em adequada antecipação do processo de execução, mediante a desnecessidade de instrumentalização por título formalmente constituído por intermédio da sentença ou da assemelhação na titulação pré-constituída.⁶

Uberaba, 7/69; "O Procedimento Monitorio e a Conveniência de Sua Introdução no Processo Civil Brasileiro", *Revista Forense*, 271/71.

4. CPC, art. 330.

5. Antecipação de tutela, prevista nos Projetos de Reforma do Código de Processo Civil, Comissão presidida pelo Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, pela Escola Nacional da Magistratura (cf. *Estatuto da Magistratura e Reforma do Processo Civil*, com introdução do Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Belo Horizonte, Del Rey, 1993, p. 122 e ss.).

6. Títulos executivos extrajudiciais, CPC, art. 585.

Autoriza-se, no processo monitorio, o início da execução forçada, sem a formalização prévia do título por intermédio da sentença. Aí o maior mérito instrumental: grande economia processual e apreciável celeridade na instrumentalização da execução forçada, ante a deformalização do procedimento do processo de conhecimento e do processo de execução.

3. O processo monitorio — Salvatore Satta caracterizou com clareza o processo monitorio, chamado *ingiunzione* no Direito italiano: "O procedimento injuntivo consiste na emanção de uma ordem do Juiz conforme o pedido do credor, para que o devedor pague uma importância em dinheiro (ou uma quantidade certa de coisas fungíveis), no prazo estabelecido, facultando-se embargos ao devedor, a cuja falta a ordem adquirirá o valor de uma sentença condenatória passada em julgado".⁷

Aqui a essência da ação, do processo e do procedimento monitorio,⁸ realizada a postulação e cumprido o contraditório com a citação do devedor, à ausência de contrariedade, executa-se, sem sentença condenatória, a dívida inicialmente exigida. Instrumento de enorme simplicidade, que não pactua com formalidades desessenciais da satisfação jurisdicional e não se deforma pelos labirintos de procedimentos dispensáveis; um quase-milagre da ciência processual, a resgatá-la do obscurantismo formalista que tantas vezes a torna instrumento de não-realização da Justiça.

4. Natureza da tutela monitoria — Calamandrei viu no processo monitorio

7. Salvatore Satta, *Direito Processual Civil*, Rio de Janeiro, Borsoi, 1973, 2.º/685.

8. Ação, processo ou procedimento? Não cumpre, aqui, esmiuçar a análise, mas, sem dúvida, está-se diante de uma espécie bem demarcada dos três institutos, ação, processo e procedimento. As observações sobre o processo (n. 3 da exposição) transmigram no sentido da ação, levando-a à categorização especial, e, evidentemente, não pode haver dúvida a respeito da especificidade do procedimento.

“uma forma de processo de cognição especial e extraordinária (processo sumário qualificado), pode-se também considerar como expressão de uma ação especial, distinta da ação de ordinária de condenação (ação sumária)”,⁹ ou “um tipo de procedimento único (procedimento com inversão da iniciativa do contraditório)”.¹⁰ Carnelutti caracterizou o processo monitorio como “*un tertium genus*, que se coloca como intermediário entre a cognição e a execução forçada”,¹¹ ou “processo sem lide”, “processo improprio” ou “processo de contraditório eventual”.¹² E Humberto Theodoro Jr. entre nós, expõe: “Ao lado do processo de execução e do processo de cognição, em sua pureza, existe, portanto, um procedimento intermediário, de larga aplicação prática e de reconhecida eficácia para abreviar a solução de inúmeros litígios; trata-se do procedimento monitorio ou de injunção”.¹³

De qualquer forma, como anota Edoardo Garbagnati, é possível qualificar esse procedimento, diferentemente dos procedimentos cautelares, como “procedimentos (especiais) de cognição: pois a cognição do juiz não pode confundir-se com o provimento que expede, depois de haver exaurido a atividade intelectual em que consiste a jurisdição; e processo de cognição (ordinariamente regulado no seu desenvolvimento no segundo livro do Código de procedimento) é, propriamente, sobretudo, aque-

le tipo de processo, no qual a cognição do juiz constitui uma premissa para o concreto exercício, de sua parte, da jurisdição declarativa”.¹⁴

Como se vê, a dissensão doutrinária a respeito do instrumento monitorio, a partir da ênfase como ação, processo ou mero procedimento, revela a dificuldade de localização do instituto. O anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil contentou-se em destacar-lhe o aspecto de ação, sem, evidentemente, afastar as demais conotações que enseja. Basta, de qualquer forma, a instrumentalização legal, para a colocação à disposição do usuário da jurisdição cível.

Sem dúvida é instrumento de “formação de um título executivo, sem que a ação de condenação seja exercitada nos moldes da cognição em contraditório”.¹⁵ Instrumento de maior celeridade do que o procedimento comum na formação do título executivo, para, no dizer de Calamandrei, “inverter, fazendo-a passar do autor ao demandado, a iniciativa do contraditório (pelo que podemos, em geral, denominá-los procedimentos com “inversão da iniciativa do contraditório””,¹⁶ ou, com Carnelutti, de “eventualidade do contraditório”.¹⁷

5. Espécies de processo monitorio — O processo monitorio, visto na experiência de outros povos, pode ser de duas espécies, bem caracterizadas no direito positivado da Alemanha, Áustria e Itália: em primeiro lugar, o processo monitorio puro (*Mahnverfahren*), consistente em alegações unilaterais, que cedem diante da simples oposição do devedor, por embargos ou contestação, e, em segundo lugar, o monitorio documental (*Man-*

9. Calamandrei, *El Procedimiento Monitorio*, Buenos Aires, Ed. Bibliográfica Argentina, 1946, p. 48.

10. Calamandrei, *El Procedimiento Monitorio*, Buenos Aires, Ed. Bibliográfica Argentina, 1946, p. 49.

11. Carnelutti, *Instituciones del Proceso Civil*, 1973, vol. I, p. 83. -

12. Carnelutti, “Nota Intorno Alla Natura del Processo Monitorio”, em *Rivista di Diritto Processuale*, 1924, vol. I, p. 270.

13. Humberto Theodoro Jr., *Revista Forense*, 271/70, cit.

14. Edoardo Garbagnati, *Os Procedimentos de Injunção e por Confirmação de Despejo*, Milão, Giuffrè, 1970, p. 6.

15. Enrico Redenti, *Diritto Processuale Civile*, 1954, vol. III, p. 14.

16. Calamandrei, ob. loc. cit.

17. Carnelutti, ob. loc. cit.



7. Perspectivas da ação monitória no

***1982: 5.699.485> 641.463=11,2%;

***1983: 5.852.927> 679.590=11,6%;

***1984: 5.898.632> 671.831=11,4%;

***1985: 6.085.363> 668.285=11,0%;

***1986: 6.100.865> 704.610=11,6%;

***1987: 5.609.801> 696.181=12,4%;

***1988: 5.492.183> 666.778=12,1%;

***1989: 5.323.288> 613.145=11,5%;

***1990: 5.145.256> 578.346=11,2%

(*MünchKommZPO*, Georg Golch, München, 1992 — 1.310/1455).

Brasil — É bem-vinda a tentativa de instituição do procedimento, facultativamente, no sistema processual vigente. O sucesso experimentado em países como a Alemanha recomenda a tentativa. Postas à parte, evidentemente, as diferenças culturais e jurídicas entre os povos, a verdade é que a tentativa é válida. Melhor, de qualquer forma, do que o imobilismo das formas, que impede a experimentação de caminhos novos na busca de melhoria da prestação jurisdicional no país.